

que se formaram esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, nesta sessão, para que produza os seus efeitos legais.

Ata da Sexta Reunião Ordinária, do Segundo Período Ordinário, do ano de mil, novecentos, oitenta e cinco (1985) realizada no dia vinte e sete de ano em curso.

As dezessete horas do dia vinte e sete de agosto, do ano de mil, novecentos, oitenta e cinco (1985), sob a presidência do Vereador Acyr Silva de Rocha e, com a ocupação do primeiro secretariado pelo Vereador Octávio Rago Bobaglia (ad-hoc), reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São João. Após o devido comparecimento e chamada nominal, os seguintes Vereadores: Américo Mathias dos Santos Correia, António Carlos de Carvalho Cruzado, Aires Berra de Figueiredo, Aristonice Aciole de Oliveira, Alcides da Figueiredo de Souza, Ruy Pereira da Silva, Geraldo Farias Neves, Manoel José de Azevedo, Daniel Cordeiro Mourão, Silva dos Santos Siqueira e Virgínia Correia de Souza. Havendo, também, no regimento, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente reunião. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e dois de agosto do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente, determinou a leitura do EXPEDIENTE, que consta de seguinte: Indicação nº 90/85, de autoria do Vereador Manoel José de Azevedo, dispõe sobre envio de Expediente ao Excepcionismo Colectivo do Estado, sem o nome de Manoel Brizola, solicitando estudos que permitam a implementação de CIEP, no Bairro Jardim Esperança, Requerimento nº 89/85, de autoria do Vereador Manoel José de Azevedo, dispõe sobre concessão de terreno de Aplanos a APAK, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em Cabo São João, Requerimento nº 90/85,

de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, dispõe sobre concessão de concessão de Penas à família do Senhor Francisco de Aguiar Marques, Requerimento nº 91/85, de autoria do Vereador Dinley Pereira da Silva, solicita a TELERS, a instalação de chuveiros no Bairro Santo Antônio, Requerimento nº 92/85, do mesmo autor, solicita a CEDAE a instalação de Rede de Água no Bairro de Santo Antônio, Requerimento nº 93/85, do mesmo autor, dispõe sobre concessão de concessão de Appaure aos Senhores Emoch Alberto da Silva, Cidival Vieira da Rocha e Sifona Maria de Medeiros Neto, responsável pela Edição do Jornal Evangélico "O Voto", Requerimento nº 94/85, do mesmo autor, solicita a Comissão de Comissão Especial para atuar junto ao Congresso Nacional, visando a aprovação do Projeto de Lei que idemiza os Estados e Municípios, em cuja plataforma continental a Petrobrás extraí mais de cinquenta por cento de Petróleo produzido no país, Emenda Substitutiva nº 001/85, substitui o Artigo 7º do Projeto de Lei nº 009/85 e Projeto de Resolução nº 25/85 de autoria do Vereador Dixon Bessa de Albuquerque, concede título de Cidadão Cabanense ao Senhor Octávio Gomes da Oliveira. Terminada a leitura do Expediente e como primeira ordem impositiva, ocupou a tribuna o Vereador GERALDINO FARIAS NEVES, disse que a crítica colocada pelo Vereador quando da Tribuna deveria ser vista como orientação, dirigindo-se especialmente a crítica, quanto ao transporte coletivo e a Secretarias da Prefeitura. Disse que a credibilidade da Câmara ficava em "Xoque", quando eram apresentadas Emendas de último hora em Projetos de Lei, referindo-se assim a Emenda colocada pelo Vereador Quintance Acadli de Oliveira em Projeto que regulamentava o Transporte Coletivo no Município, de autoria do Vereador Octávio Raja Cabaglia. Concluiu que deveria haver mais união na Câmara e que todos os Vereadores participassem efetivamente da processualística do Legislativo. A seguir, criticou o péssimo atendimento prestado pelo Posto de Saúde de

Município em Anapol do Cabo, onde até uma ambulância já
foi negada para prestação de socorro, e que, providências emé-
gicas foram dadas, ressaltando, porém, o Secretário de Saúde,
cujas atitudes são dignas de elogios e que, tais fatos novamente e-
ram denunciadas. Disse também que o atendimento médico do
INAMPS era precário, que os ares da Nova República não haviam
chegado também a Cabo Frio, que funcionários do INAMPS tinham
medo em denunciar tais fatos. A seguir, ocupou o tribuna o vere-
dor ARISTARCO ACIOLI DE OLIVEIRA, após as bandeiras iniciais, disse
que após uma reunião motivada por sua participação em En-
contro de Vereadores, realizado em Brasília, no mesmo próximo
período, gostaria de registrar sua administração por trabalho de-
nemorado pelo FERLAGUS, demonstrado pela publicação de dois
livros, editados sob a supervisão do Professor WIRA SELANSKI, ex-
tendendo ainda seus elogios ao Casal de Faculdade, pelo nível ex-
celente e qualidade do repertório, lamentando que o povo cabofriense
ainda não tivesse tido ocasião de assistir a um recital de conjun-
to. Recordando o Encontro de Vereadores realizado em Brasília,
disse que na oportunidade tiveram de comparecer juntamente Leonor
Jani de Azevedo, ao Município de Itamar, Emergia para audiência
com o Senhor Kleinman, para levar o apelo do Município no sentido
de ser permitida a Cabo Frio o recolhimento de "royalties" advindos
da exploração de petróleo em nossa plataforma marítima, dizendo
que infelizmente não poderia dizer que estivesse plenamente satis-
feito com o resultado da entrevista, visto que sentia que Cabo Frio
estava um tanto ou quanto distanciado das suas reivindicações
que nos faziam pensar como uma oportunidade de em Brasília
estabelecer contato com Deputados para que houvesse o retorno
dos votos conquistados no Município. Disse que também um anun-
to já tratado em Brasília de interesse direto dos Vereadores e que
era distanciado malgrado pelos detratores do classe política, refe-
rendo-se a dois Projetos que tramitam um na Câmara e outro no Se-
nado Federal, visando a elevação dos subsídios dos Vereadores

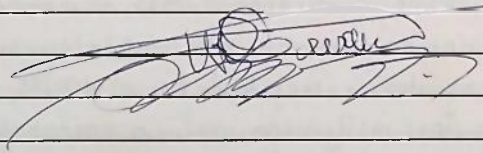
em todo Brasil. Disse que o Projeto discutido na Câmara de Deputados fora de autoria do Deputado Rozetti, mas que a aprovada fora a do Senador Thomaz de Sant'Alva, que não beneficiava como fora ventilada o Senador com um aumento de trezentos por cento, mas um, eliminava a distorção que se verificava há muitos anos nos salários dos Senadores, ou seja, no Projeto aprovado pelo Senado havia uma reparação de perda salarial, esclarecendo ainda que havia uma atualização para os municípios de baixo renda onde os Senadores recebiam cerca de setenta e poucos mil cruzeiros por mês. Quanto ao discurso do Senador Geraldo Larian Neves, quando da tribuna, considerou-o um tanto ou quanto contundente, lamentando que lhe houvesse sido negado o aparte, talvez temendo que as suas acusações fossem devidamente estruturadas e esclarecidas a bem da verdade, dizendo que o Senador em tela era uzeiro e uzeiro em distorcer fatos ocorridos na Câmara, dizendo inclusive que o Projeto Penyan fora tratado na câmara da noite, quando na realidade ocorrera uma hematização normal com registramos os atos da Câmara, a dispensação de qualquer cidadão. Considerou que o Senador Geraldo Larian Neves, presente no Plenário quando da votação do Projeto de Penyan, como omissa e desinteressada na presença pública do legislativo. Disse que reformava com alegria a participação dos trabalhos da Casa, que assim havia a oportunidade de ser relatada alguma coisa ocorrida em Brasília e ao mesmo tempo desejava que Cabo Iria se tornasse mais presente para acompanhar de perto o que ocorria no Congresso Nacional tão vitimado pela Imprensa, que negativamente se critica os Deputados que recebiam o pagamento extraordinário em forma de "jelan" e que fazia de forma a demerger o mérito daqueles que lá trabalhavam, dizendo que os Senadores de Cabo Iria tinham a oportunidade de acompanhar de perto os trabalhos normais comparecendo a Câmara às sessões, quintas feiras, prova de to-

tal dedicação o cargo público, em detrimento até de outras atividades, até mesmo legislativas, e como forma de defender os Deputados acusados de receberem indevidamente, disse que o bom Deputado era aquele que melhor atendia ao seu Município, visitando constantemente suas freguesas. Reformando ao Senador Geraldo Soares Neves, disse que o título de afeto, disse que considerava injúrias os comentários do seu colega de legislativo, considerando suas palavras intempestivas, mas fundamentadas e com intenção dúbia, encerrando a reunião sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente, de imediato, lhe reportou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias. Aprovada a Indicação nº 90/85, de autoria do Senador Raulo José de Aguiar. Aprovados os Requerimentos nºs: 91, 92, 93 e 94/85, de autoria do Senador Dinley Pereira da Silva, 89/85, de autoria do Senador Raulo José de Aguiar, 90/85, de autoria do Senador Antônio Carlos de Carvalho Almeida. Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução nº 25/85, de autoria do Senador Rinaldo Beato de Figueiredo. Foram aprovados os Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 23/85, de autoria do Senador Gilmário Cordeiro Mascari, Projeto de Lei nº 56/85, contendo Remoção Executiva nº 28/85, Projeto de Lei nº 58/85, contendo Remoção Executiva nº 30/85, Projeto de Lei nº 62/85, contendo Remoção Executiva nº 35/85, Projeto de Lei nº 69/85, contendo Remoção Executiva nº 52/85, e Projetos de Lei nºs: 90, 91, 92, 93, 94, 95, e 96/85, todos de autoria do Senador Virgínia Corrêa de Souza. Foi rejeitado pelo Plêniário a Comissão Substitutiva nº 001/85. Por último foi aprovado o Parecer de Opinião, Serviços Públicos no Projeto de Lei nº 009/85, de autoria do Senador Octávio Raja Gelaglia, com o voto contra do Senador Aristonco Ocêlo de Oliveira. Encaminhada à Ordem do Dia e franqueada a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, fez uma de mesma o Senador MAURO JOSÉ DE ALVEDO, iniciou sua fala abordando proposições de uma autonomia apreciadas naquela Reunião no Casa, e aprovadas, enfatizando que tanto a reação de Aplausos para a APAE por relevantes serviços prestados a comunidade como a Simono

de Prevenção do Excepcionalidade como a solicitação de uma
 implantação de CIEP em Jardim Esperança demonstram sua preocu-
 pação e participação na vida da comunidade cabofriense tendo
 de comentários a respeito. Colocou amplo relato de sua perman-
 ência em Brasília, juntamente com os Vereadores Osvaldo Carde-
 ira Moraes e Aristarico Gabriel de Oliveira, dizendo que durante seis
 dias presenciam junto aos órgãos competentes negociações para
 as reivindicações do Município, principalmente na que se refe-
 ria ao pagamento de "Royalties" advindos da exploração do petróleo
 na plataforma marítima de Cabo Frio. Apresentou ao Plená-
 rio um relatório resumido das atividades desenvolvidas em
 Brasília pela representação cabofriense. Disse também que o
 viagem a Brasília fora realizada em avião militar, sem ônus
 para o erário Municipal, e ainda que o município fora condecorado de
 êxito com o Prefeito Osvaldo Carreira tendo recebido um relatório da mes-
 ma quanto a aprovação do Projeto de Lei de autoria do Vereador
 Octávio Razo Bologna, dispendo sobre regulamentação de Transpor-
 te Coletivo no Município e Comarcações, disse que a aprovação era
 um avanço na busca de aperfeiçoamento de "modus vivendi"
 da população, não havendo por conseguinte nenhuma tentativa
 para prejudicar a Auto Viação Salimena que era merecedora
 de respeito de toda a comunidade, acrescentando sua fala logo
 após, fez uso da palavra o Vereador AYRES BESSA DE FIGUEIREDO, fe-
 z seu considerações sobre o encontro de Vereadores realizado em
 Brasília na semana anterior, lamentando porém que a im-
 pressão tivesse deturpado os verdadeiros objetivos do encontro que
 procurava tomar inquntizações cometidas quanto aos subsídios
 dos edis, afirmando ainda que na realidade nada fora votado
 ou aprovado em benefício exclusivo da classe, esclarecendo que
 apimas os Vereadores em cidades com menos de cem mil habitan-
 tes, haviam recebido uma elevação equiparando seu vencimentos
 ao salário mínimo. Discorreu sobre as atividades exercidas pelo
 Vereador no seu dia a dia dizendo dos sacrifícios enfrentados pela

classe. Por conseguinte, em sua peroração apresentou uma solicitação dada ao Projeto de Lei de Autonomia do Vereador Octávio Rôja Cabaglio, dispondo sobre a regulamentação de transporte coletivo no Município, dizendo que o referido Projeto trazia em seu bojo aspectos de grande alcance social, exemplificando com a passagem gratuita para escolares nos ônibus em linhas municipais, mencionando sua fala, logo após, fez uso da palavra o Vereador ONÍAS CORDEIRO MORAIS, disse dos motivos que o levaram a Brasília juntamente com os Vereadores Quintance Azeite de Oliveira, Manoel José de Aguiar, dizendo que no Congresso de Vereadores realizado no Capital Federal, haviam sido discutidos além do problema da remuneração dos Vereadores, a importância do Vereador na Constituinte, a imunidade parlamentar para o Vereador e ainda uma reforma tributária em caráter de emergência para atendimento de necessidades imediatas dos Municípios. A seguir, fez uso da palavra o Vereador ANTONIO CARLOS DE CARVALHO TRINDADE, disse que, na última discussão que amatinava parecia do Vereador Walter de Bessa Teixeira quanto ao Projeto de Lei de Autonomia do Vereador Octávio Rôja Cabaglio, dispondo sobre concessão de transporte coletivo no Município, por uma questão de ordem, disse que fazia uma emenda no sentido de que fosse realizada concessão pública para todas as linhas existentes no Município, por evidência, emenda baseada no Projeto do Vereador Octávio Rôja Cabaglio, e que, comêntara em comum acordo com o Vereador Almeida Figueira de Souza, de que na emenda os alunos somente ficariam isentos do pagamento de passagem, que por uma questão de justiça os alunos da Rede particular não gozariam do benefício da Lei, visto que deveria também ser atendida a questão econômica da Empresa, a tranquilidade dos funcionários do mesmo, de empregados. Considerou que, infelizmente não lhe foi dada a oportunidade de colocar a emenda, por ter o referido Projeto ficado durante mais ou menos, quatro tempos dias, em poder do Vereador Walter de Bessa Teixeira, também durante tempo com o Quintance Azeite de Oliveira. Reafirmando seu posicionamento quanto a matéria disse que era favorável a que apenas os alunos somente do Município fossem bene-

ficados pela inércia de pagamento de pagamento de tributos de finanças municipais. Teceu comentários sobre a TIP, afirmando que a aprovação de mesma fora um equívoco praticado pela Câmara, dada os problemas criados em relação com a preparação, solicitando a anulação do mesmo, denúncia de combinado com a Municipalidade com o PERJ. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, marcou nova reunião ordinária, para quinta-feira, dia vinte e nove, às dezesseis horas, encerrando a presente. E, para concluir, mandou que se lavasse este Ata que, depois de lida, submetida a apreciação plenária, aprovada, será assinada, para que produza os seus efeitos legais.



Ata da Sétima Reunião Ordinária, do Segundo Período Ordinário de ano de mil, novecentos e cinquenta e cinco (1985) realizada no dia vinte e nove de agosto de ano em curso.

As dezesseis horas do dia vinte e nove de agosto de ano de mil, novecentos e cinquenta e cinco (1985) sob a presidência do Vereador Aires Brito de Albuquerque e com a ocupação da primeira vice-presidência pelo Vereador Walden de Brito Teixeira (ad-hoc), reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Afirmações, responderam a chamado nominal os seguintes Vereadores: Afonso de Souza, Antônio Carlos de Carvalho, Cândido, Dirley Teixeira da Silva, Genaldino Carlos Neves, Manoel José de Aguiar, Dionísio Cardoso de Souza, Sílvio dos Santos Siqueira e Virgínia Pereira de Souza. Marcado número no regimento o Senhor Presidente em nome de Deus declarou a